



Número: **0600903-50.2018.6.00.0000**

Classe: **REGISTRO DE CANDIDATURA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Ministro Luís Roberto Barroso**

Última distribuição : **15/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **06009018020186000000**

Assuntos: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Presidente da República**

Objeto do processo: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato. LUIZ INACIO LULA DA SILVA, Presidente.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | Procurador/Terceiro vinculado |
|---|-------------------------------|
| LUIZ INACIO LULA DA SILVA (REQUERENTE) | |
| COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO (PT/ PC do B/PROS) (REQUERENTE) | |
| Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI) | |

| Documentos | | | |
|------------|--------------------|---|-----------------------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 300605 | 16/08/2018 13:01 | AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA | Petição Inicial Anexa |



AYRES CATELINO PIMENTEL
A D V O G A D O S

COORDENAÇÃO ELEITORAL:
TIAGO AYRES

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUIS ROBERTO BARROSO - RELATOR
DO REGISTRO DE CANDIDATURA 0600903-50.2018.6.00.0000**

COLIGAÇÃO "BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS", composta pelo PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL e PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB, representada por Gustavo Bebianno Rocha, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RJ n. 81.620, com endereço no SHN, Quadra 02, Bloco F, Ed. Executive Office Tower, Sala 1122, Asa Norte, Brasília/DF e **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador da carteira de identidade SSP/DF n° 3.032.827, inscrito no CPF/MF sob o n° 453.178.287-91, com escritório na Av. Rio Branco n° 245, 8° andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, este último na qualidade de candidato às eleições presidenciais de 2018, vêm, por seus advogados, nos termos do 3°, da Lei Complementar 64/90, bem como do art. 38, da Resolução TSE 23.548/2017, propor a presente **AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA**, contra **LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**, brasileiro, viúvo, CPF n.º 070.680.938-68, candidato à presidência da República, podendo ser encontrado na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, situada R. Profa. Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida, Curitiba - PR, 82640-040, e **COLIGAÇÃO**, na forma a seguir descrita:

55 71 2137.5531
www.acpa.adv.br

Rua Ewerton Visco | N° 290
Edf. Boulevard Side Empresarial
Sala 1203 | Caminho das Árvores
Salvador | Bahia | Brasil
CEP: 41.820-022



I. DA INELEGIBILIDADE POR CONDENAÇÃO CRIMINAL PROFERIDA POR ORGÃO COLEGIADO - LC 64 ART. 1º, I, "e" 1 E 6.

É do conhecimento geral que o pretense candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado pelo Juízo da 13ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná ao cumprimento de pena de reclusão de nove anos e seis meses, em razão da prática de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva, capitulados, respectivamente, nos artigos 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/1998 e 317, §1º, do Código Penal (doc. 01).

Posteriormente, em 24 de janeiro de 2018, a oitava turma do Tribunal Federal da Quarta Região, em sede de apelação criminal, não apenas manteve a condenação em questão, como também, atendendo a recurso interposto pelo Ministério Público, aumentou a pena cominada para doze anos e um mês de prisão a ser cumprida em regime fechado (doc. 02).

Isso porque, restou comprovado que o ex-presidente da República participou de um grande esquema de corrupção no qual empreiteiras cartelizadas obtinham e mantinham contratos com a sociedade de economia mista PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, mediante fraudes em licitações perpetradas pelos seus diretores com apoio de agentes políticos, sendo que ambos eram remunerados sistematicamente com vantagens indevidas, custeadas pelas referidas empreiteiras com valores extraídos dos contratos em questão.

Com efeito, a operação denominada "Lava Jato" desnudou um dos maiores esquemas de corrupção da história do



país, levado a efeito enquanto o candidato ora impugnado exercia a chefia do Poder Executivo e mantido durante o governo posterior exercido por sua correligionária.

A referida operação culminou com a condenação de 160 pessoas na primeira instância, dentre as quais diversos agentes públicos, empresários e políticos e implicará ainda na devolução aos cofres públicos de valor estimado em 12 bilhões de reais, sendo que 1,9 bilhões desse montante já foram recuperados.

Em resumo, a denominada "Operação Lava Jato" promoveu uma verdadeira depuração do sistema político no país.

Contra o ex-presidente, ora impugnado, tramitam nada menos do que sete ações penais e duas denúncias ainda pendentes de juízo de admissibilidade.

No particular, especificamente nos autos da Ação Penal nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR, apurou-se que o impugnado foi agraciado pelo grupo OAS com a substituição de apartamento simples, por ele adquirido em condomínio denominado "Solaris" situado em Guarujá-SP, por unidade residencial com valor de mercado consideravelmente maior do que o expendido pelo Réu, tudo isso sem qualquer custo adicional.

Demais disso, foram realizadas diversas reformas e benfeitorias no referido apartamento para atender ao gosto pessoal do Sr. Luiz Inácio e da sua esposa, agora já falecida, tudo arcado pelo grupo OAS.



Tais benefícios, que traduzidos em valores pecuniários equivalem a R\$ 2.424.991,00, foram disponibilizados indevidamente ao ex-presidente, a quem cabia indicar e manter nos quadros da PETROBRAS os diretores comprometidos com os esquemas de corrupção.

Essas condutas configuram o crime tipificado no art. 317, do Código Penal.

Por igual, os estratagemas utilizados pelo impugnado no sentido de ocultar a titularidade do bem imóvel mencionado, implicaram na configuração do crime tipificado no art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998.

Nesse sentido, foram as conclusões extraídas da instrução probatória realizada pelo Juízo da 13ª Vara da Seção Judiciária, posteriormente ratificadas pela 8ª Turma do TRF da 4ª Região como se depreende do trecho abaixo transcrito:

"892. Do montante da propina acertada no acerto de corrupção, cerca de R\$ 2.252.472,00, consubstanciado na diferença entre o pago e o preço do apartamento triplex (R\$ 1.147.770,00) e no custo das reformas (R\$ 1.104.702,00), foram destinados como vantagem indevida ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

893. A atribuição a ele de um imóvel, sem o pagamento do preço correspondente e com fraudes documentais nos documentos de aquisição, configuram condutas de ocultação e dissimulação aptas a caracterizar crimes de lavagem de dinheiro.

894. A manutenção do imóvel em nome da OAS Empreendimentos, entre 2009 até pelo menos o final de 2014, ocultando o proprietário de fato, também configura conduta de ocultação



apta a caracterizar o crime de lavagem de dinheiro.

895. A agregação de valor ao apartamento, mediante a realização de reformas dispendiosas, mantendo-se o mesmo tempo oculta a titularidade de fato do imóvel e o beneficiário das reformas, configura igualmente conduta de ocultação apta a caracterizar o crime de lavagem de dinheiro." (doc. 01)

Em razão desse quadro fático, ao final, operou-se a condenação do impugnado nos seguintes termos:

"944. Condene Luiz Inácio Lula da Silva:

a) por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, com a causa de aumento na forma do §1º do mesmo artigo, pelo recebimento de vantagem indevida do Grupo OAS em decorrência do contrato do Consórcio CONEST/RNEST com a Petrobrás; e

b) por um crime de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998, envolvendo a ocultação e dissimulação da titularidade do apartamento 164-A, triplex, e do beneficiário das reformas realizadas." (doc. 01)

Tal decisão foi referendada pela Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da Quarta Região em acórdão cuja ementa segue transcrita:

"OPERAÇÃO LAVA-JATO'. PENAL E PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA/PR. CONEXÃO. ESQUEMA CRIMINOSO NO ÂMBITO DA PETROBRAS. SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO E DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA. NÃO CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ. ART. 400, § 1º DO CPP. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. GRAVAÇÃO DE INTERROGATÓRIO PELA PRÓPRIA DEFESA. HIGIDEZ DA GRAVAÇÃO REALIZADA



PELA SERVENTIA DO JUÍZO. INDEFERIMENTO DE PERGUNTAS AOS COLABORADORES. DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. FASE DO ART. 402 DO CPP. REINTERROGATÓRIO. ART. 616 DO CPP. FACULDADE DO JUÍZO RECURSAL. VIOLAÇÃO À AUTODEFESA E À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO CONFIGURADA. CORRELAÇÃO ENTRE DENÚNCIA E SENTENÇA. EXISTÊNCIA. PRELIMINARES AFASTADAS. MÉRITO. STANDARD PROBATÓRIO. DEPOIMENTOS DE CORRÉUS. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. ATO DE OFÍCIO. CAUSA DE AUMENTO DE PENA. AGENTE POLÍTICO. CAPACIDADE DE INDICAR OU MANTER SERVIDORES PÚBLICOS EM CARGOS DE ALTOS NÍVEIS NA ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO. LAVAGEM DE DINHEIRO. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO TRANSLATIVO. CARACTERIZAÇÃO DO ILÍCITO. ACERVO PRESIDENCIAL. MODIFICAÇÃO DO FUNDAMENTO DA ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. OFENSAS AOS ADVOGADOS. EXCLUSÃO DE TERMOS DA SENTENÇA. PEDIDO DESTITUÍDO DE RAZÕES E DESCONTEXTUALIZADO. DEVOLUÇÃO DA TOTALIDADE DE BENS APREENDIDOS. NÃO CONHECIMENTO DOS APELOS NOS PONTOS. DOSIMETRIA DA PENA. READEQUAÇÃO. BENEFÍCIOS DECORRENTES DA COLABORAÇÃO. REPARAÇÃO DO DANO. JUROS DE MORA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA." (doc. 02)

A circunstância ora noticiada, qual seja, a existência de decisão condenatória em razão de crime contra a Administração Pública e de lavagem de dinheiro, atrai, no particular, a aplicação do disposto no art. 1º, I, "e" 1 e 6 da Lei Complementar n. 64/90, *in verbis*:

"Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

a) (...)

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o



transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
2. (...);
6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;" (doc. 01)

A norma em questão é amplamente acolhida pelo Tribunal Superior Eleitoral, cabendo invocar-se o precedente abaixo transcrito que trata de situação análoga:

"Eleições 2012. Registro. Prefeito. Indeferimento. Condenação criminal. Inelegibilidade. Art. 1º, inciso I, alínea e, item 1, da LC nº 64/90. Incidência. 1. A partir da edição da Lei Complementar nº 135/2010, não se exige mais a presença da preclusão máxima para a configuração da hipótese de inelegibilidade, bastando para tanto que a decisão tenha sido proferida por órgão colegiado. 2. Tendo sido o agravante condenado, por decisão colegiada, pela prática do crime de corrupção passiva, ele está inelegível desde a condenação até o transcurso de oito anos após o cumprimento da pena, nos termos do art. 1º, I, e, 1, da LC nº 64/90. Agravo regimental a que se nega provimento. (Recurso Especial Eleitoral nº 14823, Acórdão, Relator(a) Min. Henrique Neves Da Silva, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 18/03/2013);"

Fica claro, portanto, que o candidato cujo registro se impugna nessa ocasião encontra-se inelegível em razão da condenação por órgão colegiado, em razão da prática de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva, a ensejar a aplicação do art. 1º, da Lei Complementar nº 64/90, como



fundamento jurídico para indeferir o Registro de Candidatura postulado pelo partido do impugnado.

Não se desconhece o clamor popular que desperta a candidatura ora impugnada, e, muito menos, o fato de que o candidato em questão, com o apoio dos seus seguidores, vem adotando uma postura de vítima de um sistema judicial que considera parcial e perseguidor, levantando dúvidas acerca da legitimidade do processo que culminou com a sua condenação, bem como da inviabilidade da candidatura ora impugnada.

Nesse cenário, até mesmo para que se reafirme a legitimidade das previsões contidas na Lei Complementar nº 64/90, há de se enfrentar, ainda que de forma sintética, o tema sob a ótica das garantias constitucionais, mesmo quando o Supremo Tribunal Federal já declarou a constitucionalidade da denominada Lei da Ficha Limpa, a qual alterou a Lei das Inelegibilidades, o que será feito nas linhas que seguem:

II. DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N. 64/90 COM AS ALTERAÇÕES OPERADAS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 135/2010 FRENTE AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

É certo que a Constituição Federal consagra em seu art. 5º, inciso LVII, o princípio da presunção de inocência consignando que:

"LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;"



Tal postulado constitui um dos pilares do constitucionalismo, sendo inegável a sua importância.

Contudo, como bem adverte Eros Grau¹, "Não se interpreta a Constituição em tiras, aos pedaços."

De outro lado, mesmo os direitos e garantias individuais fundamentais não possuem natureza absoluta, admitindo restrições se assim orientar o interesse público em determinados casos.

Veja-se, a esse propósito, trecho esclarecedor de aresto da lavra do Supremo Tribunal Federal²:

"OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS NÃO TÊM CARÁTER ABSOLUTO. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição."

Nesse cenário, se de um lado há a previsão de presunção de inocência antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, de outro, a mesma Constituição prevê, em seu art. 14, §9º, que a Lei Complementar estabelecerá, dentre outras hipóteses, casos de inelegibilidades a fim de proteger a moralidade para o

¹ Eros Grau, A ordem econômica na constituição de 1988, p. 176-177 apud Marcelo Oliveira, A tópica.

² MS 23452, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/1999, DJ 12-05-2000 PP-00020



exercício de mandato considerada a vida pregressa do candidato.

A moralidade para o exercício do mandato, portanto, também constitui postulado constitucional a ser observado para a estipulação de causas de inelegibilidade.

O princípio em questão, milita em favor do Estado Democrático de Direito conforme observado pela Corte Superior Eleitoral, em julgado cuja ementa se transcreve abaixo:

"ELEIÇÕES 2008. 1. Agravo regimental no recurso especial. Registro de candidatura. Vereador. Presidente de associação cujos serviços à população em geral são mantidos com recursos públicos, mediante convênio. O prazo de afastamento do cargo é de 6 (seis) meses antes do pleito. Art. 1º, II, a, 9, da Lei Complementar nº 64/90. Decisão do TRE. Impossibilidade de reexame. Súmula 279 do STF. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. 2. Interpretação das normas eleitorais. Inelegibilidades. Proteção. Estado Democrático de Direito. Moralidade pública e liberdade do voto. Esta Corte tem interpretado as normas eleitorais de forma a preservar os valores mais caros ao regime democrático, em especial a liberdade do voto e a moralidade pública. Embora se referiram a direitos políticos negativos, essa nova exegese não se mostra extensiva ou contrária ao Direito, mas justa medida para a proteção de bens jurídicos constitucionalmente tutelados. Agravo a que se nega provimento.

(Recurso Especial Eleitoral nº 29662, Acórdão, Relator(a) Min. Joaquim Benedito Barbosa Gomes, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 16/12/2008)"



Disso defluiu que as previsões contidas no art. 1º, inciso I, "e", da LC 64/90, e em outros dispositivos do mesmo diploma, constituem critérios para aferição da moralidade pública conferindo concretude à previsão constitucional.

O resultado da ponderação dos princípios da presunção da inocência e da moralidade pública, indica, portanto, que deve ser prestigiado o interesse público em detrimento do interesse individual para que se considere legítima a referida restrição à garantia individual.

Cabe, por fim, invocar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal cristalizado nos autos da Ação Direta de Constitucionalidade nº 4.578, em que declarou a constitucionalidade do dispositivo ora invocado, bem como os demais contidos na Lei Complementar n. 135/2010.

Veja-se:

"AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE EM JULGAMENTO CONJUNTO. LEI COMPLEMENTAR Nº 135/10. HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE. ART. 14, § 9º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MORALIDADE PARA O EXERCÍCIO DE MANDATOS ELETIVOS. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA À IRRETROATIVIDADE DAS LEIS: AGRAVAMENTO DO REGIME JURÍDICO ELEITORAL. ILEGITIMIDADE DA EXPECTATIVA DO INDIVÍDUO ENQUADRADO NAS HIPÓTESES LEGAIS DE INELEGIBILIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL): EXEGESE ANÁLOGA À REDUÇÃO TELEOLÓGICA, PARA LIMITAR SUA APLICABILIDADE AOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO PENAL. ATENDIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO: FIDELIDADE POLÍTICA AOS CIDADÃOS.



VIDA PREGRESSA: CONCEITO JURÍDICO INDETERMINADO. PRESTÍGIO DA SOLUÇÃO LEGISLATIVA NO PREENCHIMENTO DO CONCEITO. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI. AFASTAMENTO DE SUA INCIDÊNCIA PARA AS ELEIÇÕES JÁ OCORRIDAS EM 2010 E AS ANTERIORES, BEM COMO E PARA OS MANDATOS EM CURSO. 1. A elegibilidade é a adequação do indivíduo ao regime jurídico - constitucional e legal complementar - do processo eleitoral, razão pela qual a aplicação da Lei Complementar n° 135/10 com a consideração de fatos anteriores não pode ser capitulada na retroatividade vedada pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição, mercê de incabível a invocação de direito adquirido ou de autoridade da coisa julgada (que opera sob o pálio da cláusula rebus sic stantibus) anteriormente ao pleito em oposição ao diploma legal retromencionado; subjaz a mera adequação ao sistema normativo pretérito (expectativa de direito). 2. A razoabilidade da expectativa de um indivíduo de concorrer a cargo público eletivo, à luz da exigência constitucional de moralidade para o exercício do mandato (art. 14, § 9º), resta afastada em face da condenação prolatada em segunda instância ou por um colegiado no exercício da competência de foro por prerrogativa de função, da rejeição de contas públicas, da perda de cargo público ou do impedimento do exercício de profissão por violação de dever ético-profissional. 3. A presunção de inocência consagrada no art. 5º, LVII, da Constituição Federal deve ser reconhecida como uma regra e interpretada com o recurso da metodologia análoga a uma redução teleológica, que reaproxime o enunciado normativo da sua própria literalidade, de modo a reconduzi-la aos efeitos próprios da condenação criminal (que podem incluir a perda ou a suspensão de direitos políticos, mas não a inelegibilidade), sob pena de frustrar o propósito moralizante do art. 14, § 9º, da Constituição Federal. 4. Não é violado pela Lei Complementar n° 135/10 o princípio



constitucional da vedação de retrocesso, posto não vislumbrado o pressuposto de sua aplicabilidade concernente na existência de consenso básico, que tenha inserido na consciência jurídica geral a extensão da presunção de inocência para o âmbito eleitoral. 5. O direito político passivo (ius honorum) é possível de ser restringido pela lei, nas hipóteses que, in casu, não podem ser consideradas arbitrárias, porquanto se adequam à exigência constitucional da razoabilidade, revelando elevadíssima carga de reprovabilidade social, sob os enfoques da violação à moralidade ou denotativos de improbidade, de abuso de poder econômico ou de poder político. 6. O princípio da proporcionalidade resta prestigiado pela Lei Complementar nº 135/10, na medida em que: (i) atende aos fins moralizadores a que se destina; (ii) estabelece requisitos qualificados de inelegibilidade e (iii) impõe sacrifício à liberdade individual de candidatar-se a cargo público eletivo que não supera os benefícios socialmente desejados em termos de moralidade e probidade para o exercício de referido munus publico. 7. O exercício do ius honorum (direito de concorrer a cargos eletivos), em um juízo de ponderação no caso das inelegibilidades previstas na Lei Complementar nº 135/10, opõe-se à própria democracia, que pressupõe a fidelidade política da atuação dos representantes populares. 8. A Lei Complementar nº 135/10 também não fere o núcleo essencial dos direitos políticos, na medida em que estabelece restrições temporárias aos direitos políticos passivos, sem prejuízo das situações políticas ativas. 9. O cognominado desacordo moral razoável impõe o prestígio da manifestação legítima do legislador democraticamente eleito acerca do conceito jurídico indeterminado de vida progressa, constante do art. 14, § 9.º, da Constituição Federal. 10. O abuso de direito à renúncia é gerador de inelegibilidade dos detentores de mandato eletivo que renunciarem



aos seus cargos, posto hipótese em perfeita compatibilidade com a repressão, constante do ordenamento jurídico brasileiro (v.g., o art. 55, § 4º, da Constituição Federal e o art. 187 do Código Civil), ao exercício de direito em manifesta transposição dos limites da boa-fé. 11. A inelegibilidade tem as suas causas previstas nos §§ 4º a 9º do art. 14 da Carta Magna de 1988, que se traduzem em condições objetivas cuja verificação impede o indivíduo de concorrer a cargos eletivos ou, acaso eleito, de os exercer, e não se confunde com a suspensão ou perda dos direitos políticos, cujas hipóteses são previstas no art. 15 da Constituição da República, e que importa restrição não apenas ao direito de concorrer a cargos eletivos (ius honorum), mas também ao direito de voto (ius suffragii). Por essa razão, não há inconstitucionalidade na cumulação entre a inelegibilidade e a suspensão de direitos políticos. 12. A extensão da inelegibilidade por oito anos após o cumprimento da pena, admissível à luz da disciplina legal anterior, viola a proporcionalidade numa sistemática em que a interdição política se põe já antes do trânsito em julgado, cumprindo, mediante interpretação conforme a Constituição, deduzir do prazo posterior ao cumprimento da pena o período de inelegibilidade decorrido entre a condenação e o trânsito em julgado. 13. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga improcedente. Ações declaratórias de constitucionalidade cujos pedidos se julgam procedentes, mediante a declaração de constitucionalidade das hipóteses de inelegibilidade instituídas pelas alíneas "c", "d", "f", "g", "h", "j", "m", "n", "o", "p" e "q" do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64/90, introduzidas pela Lei Complementar nº 135/10, vencido o Relator em parte mínima, naquilo em que, em interpretação conforme a Constituição, admitia a subtração, do prazo de 8 (oito) anos de inelegibilidade posteriores ao cumprimento da pena, do prazo de



inelegibilidade decorrido entre a condenação e o seu trânsito em julgado. 14. Inaplicabilidade das hipóteses de inelegibilidade às eleições de 2010 e anteriores, bem como para os mandatos em curso, à luz do disposto no art. 16 da Constituição. Precedente: RE 633.703, Rel. Min. GILMAR MENDES (repercussão geral)."

Dúvidas não remanesçam, portanto, quanto à constitucionalidade do dispositivo contido no art. 1º, I, "e" da Lei Complementar nº 64/90, a ser aplicado ao presente caso para que seja indeferido o registro da candidatura ora impugnado.

III. DA PREVISÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Um dos argumentos agitados em favor da suposta elegibilidade do candidato, cujo registro se impugna nesta ocasião, diz respeito ao teor do art. 23 - 2, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos que dispõe:

"Artigo 23 - Direitos políticos
1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades:
a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos;
b) de votar e ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a livre expressão da vontade dos eleitores; e
c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.
2. A lei pode regular o exercício dos direitos e oportunidades, a que se refere o inciso anterior, exclusivamente por motivo de idade,



nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal.”

Pelo teor da referida norma, o reconhecimento de inelegibilidade sem a existência de processo penal transitado em julgado e fora das demais hipóteses ali estabelecidas, seria ilegal, contudo, o raciocínio não sobrevive a uma abordagem mais acurada.

Com efeito, a norma convencional ratificada pelo Brasil e aprovada pelo Congresso Nacional por maioria simples, e não nos termos da Emenda Constitucional n. 45/ 2004, possui *status* de norma supralegal, mas infraconstitucional.

Nesse sentido o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

“DIREITO PROCESSUAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF. CONCESSÃO DA ORDEM. 1. A matéria em julgamento neste habeas corpus envolve a temática da (in)admissibilidade da prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico brasileiro no período posterior ao ingresso do Pacto de São José da Costa Rica no direito nacional. 2. Há o caráter especial do Pacto Internacional dos Direitos Civis Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), ratificados, sem reserva, pelo Brasil, no ano de 1992. **A esses diplomas internacionais sobre direitos humanos é reservado o lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna.** O status normativo supralegal dos



tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação. 3. Na atualidade a única hipótese de prisão civil, no Direito brasileiro, é a do devedor de alimentos. O art. 5º, §2º, da Carta Magna, expressamente estabeleceu que os direitos e garantias expressos no caput do mesmo dispositivo não excluem outros decorrentes do regime dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. O Pacto de São José da Costa Rica, entendido como um tratado internacional em matéria de direitos humanos, expressamente, só admite, no seu bojo, a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos e, conseqüentemente, não admite mais a possibilidade de prisão civil do depositário infiel. 4. Habeas corpus concedido.

(HC 95967, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008, DJe-227 DIVULG 27-11-2008 PUBLIC 28-11-2008 EMENT VOL-02343-02 PP-00407 RTJ VOL-00208-03 PP-01202)“

Tratando-se de norma infraconstitucional, não há antinomia a ser considerada pelo teor do que dispõe o art. 14º, § 9º, da Constituição Federal, que prevê a existência de outras causas de inelegibilidades por previsão em Lei Complementar, nas quais se inclui a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato.

Por óbvio, prevalece a previsão constitucional nesse caso e sua incontornável força normativa. Não obstante, mesmo que se pudesse atribuir *status* de norma constitucional ao referido tratado, a solução não seria diferente.



Isso porque, como já afirmado, há de se interpretar a Constituição Federal em sua integralidade, respeitando a sistemática estabelecida pelo poder Constituinte.

Nesse rumo de ideais, a regra seria interpretada em conjunto com o conteúdo do art. 14, parágrafo 9º, da Lei Complementar n. 64/90, de modo a admitir-se a restrição ao princípio da presunção de inocência aplicado aos direitos políticos.

De outro modo, a soberania do poder constituinte restaria violada.

Neste sentido, remanesce a legitimidade do dispositivo que estabeleceu a inelegibilidade a ser aplicada no caso concreto, declarando-se inelegível o candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, e compreendida a moldura argumentativa, requer seja julgada procedente a presente Ação de Impugnação de Registro de Candidatura para que seja reconhecida a inelegibilidade que incide sobre o candidato ora impugnado, **Sr. Luiz Inácio Lula da Silva**, indeferindo-se, assim, o seu pedido de registro de candidatura.

Considerando que a matéria fática ora noticiada decorre de prova exclusivamente documental, que já acompanha o presente pedido, desnecessária se mostra a instrução do feito, pelo que fica desde já formulado pedido de julgamento





AYRES CATELINO PIMENTEL
A D V O G A D O S

COORDENAÇÃO ELEITORAL:
TIAGO AYRES

antecipado da lide, nos termos do art. 355, do Código de
Processo Civil, tudo conforme o estado do processo.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 16 de agosto de 2018.

TIAGO AYRES
OAB/DF 57.673
OAB/BA 22.219

GUSTAVO BEBIANNO ROCHA
OAB/RJ 81.620

ANDRÉ CASTRO
OAB/BA 20.536

55 71 2137.5531
www.acpa.adv.br

Rua Ewerton Visco | Nº 290
Edf. Boulevard Side Empresarial
Sala 1203 | Caminho das Árvores
Salvador | Bahia | Brasil
CEP: 41.820-022



Assinado eletronicamente por: TIAGO LEAL AYRES - 16/08/2018 13:01:23
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18081613012375200000000296024>
Número do documento: 18081613012375200000000296024

Num. 300605 - Pág. 19